

Entre ranços e encantos: que história devemos ensinar? Que histórias irão apreender?

Simone Aparecida Dupla
Doutoranda pela Universidade Estadual de Maringá-UEM
Docente SME – Ponta Grossa
e-mail: cathain_celta@hotmail.com

Dra. Maura Regina Petruski
Professora do Departamento de História da UEPG
Docente Universidade Estadual de Ponta Grossa
e-mail: mpetruski@uol.com.br

O presente texto reflete a preocupação com o Ensino de História, nas Séries Iniciais do fundamental I, desenvolvidos na cidade de Ponta Grossa/PR, no que se refere a precariedade de sua instrumentalização por parte dos profissionais da área quanto a abordagem dos temas a serem aplicados, sendo que de acordo com as diretrizes curriculares municipais efetua-se primeiramente o estudo da história do município, para entrecruzar, no segundo ciclo, com a História do Paraná e do Brasil.

No entanto, é preciso ressaltar que os docentes que atuam nessa etapa de ensino não tem formação na disciplina carecendo de métodos e de conhecimento específico, não apenas no que se refere aos princípios de interpretação da História Local, mas também, daqueles provenientes do ofício do historiador, que os aproximaria da história ensinada do cotidiano dos educandos, fazendo com que estes se reconheçam como sujeitos de um processo, uma vez que os conteúdos repassados se resumem basicamente a datas e fatos.

Ricardo Oriá Fernandes reconhece que a História Local deve ser valorizada, porque se constitui como uma importante “possibilitadora da construção de identidade do aluno como ser histórico e cidadão” (FERNANDES, 1995:44). Acreditando que essa perspectiva rompe com a visão tradicional que priorizava o estudo da chamada “História Geral da Civilização Brasileira”, a qual buscava passar aos alunos a “ideia de um Brasil homogêneo, sem diferenças, conflitos e contradições sociais e um passado unívoco a ser ‘decorado’ e utilizado apenas em exames e arguições” (FERNANDES, 1995:45) devendo, segundo ele, “resgatar as peculiaridades e especificidades regionais, precisando dar conta da pluralidade étnico-cultural que produziu nossa formação histórica” (FERNANDES, 1995:46), referência essa que é deixada de lado em nome de personagens que reproduzem um viés da história baseado na história dos grandes homens e seus grandes feitos.

Nessa mesma linha de raciocínio, Maria Auxiliadora Schmidt defende a postura de que:

O trabalho com a História Local no ensino pode ser um instrumento idôneo para a construção de uma História mais plural, menos homogênea, que não silencie as especificidades. O local ou o regional, instituídos como objetos de estudo, podem ser contrastados com outros âmbitos e indicar a pluralidade em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de uma história ou mais de um eixo na própria história do lugar, ou na possibilidade de se ver outras histórias micro, partes, todas de alguma outra história que as englobe e, ao mesmo tempo, que reconheça suas particularidades (SCHIMIDT, 2003: 233).

Diante da colocação da autora, questiona-se que para a elaboração de planejamento do trabalho com o enfoque de uma História Local para ser aplicado em sala de aula, posto que há precariedade de materiais para consulta, exigindo outros procedimentos por parte do professor para coletar dados, tendo que buscar suas fontes em outros suportes, indicando algumas possibilidades ou estratégias, “como exploração de arquivos locais, do patrimônio, da estatuária, da toponímia e da imprensa local” (SHIMIDT, 2003: 233).

E é nesse ponto que se depara com o problema da formação do professor e que se questiona com o presente texto, é o de como proceder diante das informações encontradas a partir dessa busca, como adaptá-las na instrumentalização das ações sem que haja um preparo específico para a isso, pois existe uma operação historiográfica que estabelece leituras particularizadas aos documentos e que não são conhecidas pela grande maioria dos professores regentes.

Além disso, outro fator pode ser apresentado na permanência da âncora que segura a história atrelada a aspectos factuais e extremamente ligada às datas comemorativas, é a comodidade perante o trabalho que a mudança de postura exige do profissional, que requer tempo em suas múltiplas esferas, que é escasso.

Por fim, ainda temos o âmbito administrativo, pois muitos coordenadores também estão alheios a essas metodologias e recursos, contribuindo para que os enfoques ultrapassados permaneçam como integrantes do projeto pedagógico exigido.

Para exemplificar essa referência menciona-se o programa do ano de 2017 os conteúdos da chamada “Ciências Sociais”, nomenclatura utilizada pela disciplina que agrega conteúdos de História e Geografia, cujos assuntos foram divididos em trimestres e enviados às escolas onde os professores deveriam aplicá-los, sendo que o último tópico se encaminha para trabalhar as datas comemorativas de maneira crítica. Diante da solicitação pergunta-se: Quais os subsídios e as orientações que esse direcionamento deva ser pautado, visto que sem qualquer conhecimento mais profundo, ou estudo mais demorado sobre esses eventos como os profissionais poderiam realizar uma abordagem crítica? Além de que, o que se entende por abordagem crítica, e de que forma isso pode ser realizado em tal etapa de ensino?

Essas inquietações e necessidades de mudanças no que se refere ao ensino da História Local, já haviam sido apontados por Ricardo Oriá Fernandes na década de 1990, e isso permanece seguindo os ‘avanços’ do processo de educação, com pouca ou nenhuma alteração, segundo o autor,

No contexto da prática educacional brasileira, o ensino de História Local no 1º grau tem-se caracterizado por uma abordagem tradicional, descritiva, factualista, cronológica e pitoresca que, no mais das vezes não tem contribuído para a formação da consciência crítica do educando nem possibilitado o exercício de sua cidadania (FERNANDES, 1995: 47).

Dessa forma, defende-se a ideia de que se faz necessário à elaboração de projetos que contribuam para o aprimoramento do ensino de história nas Séries Iniciais, principalmente em relação à produção de materiais que possam renovar o enfoque que predomina até então.

Considerações finais

Percebe-se que tornou-se urgente repensar o ensino de História Local nas Séries Iniciais e que o diálogo entre docentes e Secretaria de Educação já devia há muito tempo ter ocorrido, no entanto o silêncio faz com que as abordagens permaneçam atreladas ao ensino tradicional. Também faz-se necessário a especialização ou formação dos profissionais na área se realmente queremos um ensino plural, que não se concentre apenas na história tradicional e memorialista dos grandes personagens e seus grandes feitos.

Uma história que fale ao educando utilizando-se de diversas linguagens e que se comprometa com a formação da identidade, da preservação da memória e que contribua para a cidadania deve partir do rés do chão, visto que a “abordagem tradicional e positivista do conhecimento histórico em sala de aula tem impedido que o aluno reflita sobre sua própria historicidade, ou seja, ele não se vê enquanto sujeito do conhecimento (FERNANDES, 1995: 48).

Ressaltamos que é preciso e urgente nos distanciarmos da história factual e positivista que prevê apenas a memorização de datas e fatos e optarmos por uma abordagem que partisse da bagagem cultural do educando e o inserisse em um contexto maior, o da História Local e suas implicações.

Uma história que deve ser ensinada a partir de uma perspectiva de diversidade, que precisa atender a pluralidade étnica cultural e desenvolver no educando um senso crítico e um sentimento de pertencimento. Assim, cabe ainda uma indagação que permanece aberta, se

continuamos a reproduzir uma narrativa hierárquica e sem qualquer relação com o cotidiano dos alunos, que história eles irão apreender?

Referências:

BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/ SEF, 1997.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a história local. Ensino em Revista, v.4, n.1, p.43-51, jan.-dez. 1995.

NASCIMENTO, E. C. do. **História, Patrimônio e Educação Escolar**: diálogos e perspectivas. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/1nascimento_artigo.pdf. Consultado em: 15 de maio de 2017.

FERNANDES, Ricardo Oriá. **Educação patrimonial**: conhecer para preservar. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br>.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares**: ensino fundamental. Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2015.

SCHMIDT, M^a Auxiliadora M. dos Santos. Cultura Histórica e Cultura Escolar: Diálogos a partir da Educação Histórica. **História Revista**: Goiânia, v.17, n.1, jan./jun., 2012, p. 91-104.

_____. Londrina: História & Ensino, v.9, p.219-238, out.2003. SILVA, Maria da Conceição. Educação Histórica: perspectivas para o ensino de História em Goiás. **Saeculum Revista de História**: 2011, n. 24, jan./jun., pp. 197-211.